

ano 5 - n. 08 | janeiro/dezembro - 2021
Belo Horizonte | p. 1-178 | ISSN 2594-8393
Revista Fórum de Direito na Economia Digital – RFDED

Revista Fórum de Direito na Economia Digital

RFDED

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

Tecnologia NFT e direitos de autor: o retorno à originalidade?

Alejandro Knaesel Arrabal	9
1 Introdução	9
2 Autoria e originalidade	10
3 Tecnologia NFT (<i>non-fungible token</i>)	13
4 Considerações finais	19
Referências	20

Neuromarketing e formação dos negócios jurídicos: a manipulação do elemento volitivo

Alex Mecabô, João Paulo Capelotti	23
1 Neurociência e neuromarketing	23
2 A vontade nos negócios jurídicos	28
3 Neuromarketing e nulificação dos negócios jurídicos	34
Conclusão	38
Referências	40

Odisseia digital, o homem e a máquina: a preocupação contemporânea em se proteger dados

Isadora Neves dos Santos	43
1 Aspectos gerais da proteção de dados	43
1.1 Breve histórico	43
1.2 Legislações europeias sobre proteção de dados	45
2 A sociedade da informação e a proteção de dados	48
2.1 Importância da proteção de dados pessoais	48
2.2 Entendimentos jurisprudenciais acerca da proteção de dados	49
3 Regulamento geral de proteção de dados (RGPD)	50
3.1 Introdução Do RGPD	50
3.2 Impacto do RGPD em Portugal	52
Conclusão	53
Referências	54

Os crimes cibernéticos e o Direito Penal

Juliana Lemke Pessoa Correia, Nayara Moura de Santana, Thais Medeiros Vasconcelos	57
1 Introdução	57
2 Noções gerais sobre os crimes cibernéticos	58

2.1	Evolução tecnológica e surgimento do crime cibernético	58
2.2	Conceito, classificação e sujeitos do crime	59
3 0	Direito Digital e os crimes cibernéticos	61
4 0	Direito Penal e os crimes cibernéticos	63
4.1	Tipicidade.....	63
5	Legislação específica a respeito dos crimes cibernéticos	65
5.1	Lei nº 12.737/12 – Lei Carolina Dieckmann.....	66
5.2	Lei nº 12.965/14 – Marco Civil da <i>Internet</i>	68
5.3	Lei nº 14.132/21 – Lei <i>Stalking</i>	69
5.4	Lei nº 14.155/21	71
6	Considerações finais	73
	Referências	75

Democratização do acesso à Justiça, linguagem jurídica e Direito Visual

Karelina Staut de Aguiar	79	
1	Introdução	80
2	Cerceamento do amplo acesso à Justiça e necessidade da linguagem jurídica compreensível e da facilitação do acesso à informação.....	81
3	O discurso jurídico tecnicista pode se tornar mais inteligível. a ordem jurídica pela perspectiva do destinatário das normas jurídicas.....	83
4	O hermetismo da linguagem jurídica como instrumento de cerceamento do amplo acesso à Justiça	85
5	O Direito Visual como ferramenta de acesso à Justiça	86
6	Considerações finais	90
	Referências	91

Uma proposta de atualização do marco regulatório da televisão por assinatura e remoção da superposição de competências regulatórias

Marcos Alberto Sant’Anna Bitelli	95	
1	Introdução	95
2	A análise da OCDE, pontos de interesse ao tema SeAC	96
3	A Lei do SeAC	100
4	A Ancine e o SeAC.....	104
5	A Anatel e o SeAC	111
6	Eliminação da superposição de competências regulatórias. Diferenças entre regulação, regulamentação e fiscalização.....	120
7	<i>Must carry</i> , fundamento de escassez de infraestrutura de distribuição que não mais existe.....	126
8	Conclusão	129
	Referências	130

Transformação de paradigmas entre Direito Administrativo e mobilidade urbana em face da inteligência artificial (IA) e do advento de veículos autônomos

Paulo Marcos Rodrigues Brancher, Felipe Carvalho Eleutério de Lima	135	
	Introdução	136
1	Direito Administrativo e mobilidade urbana sob a perspectiva tradicional	136
2	Evolução da inteligência artificial	139

3	Nova realidade proporcionada por veículos autônomos.....	142
4	Transformação de paradigmas a partir da interface entre regulação e desenvolvimento de veículos autônomos.....	144
	Considerações finais	147
	Referências	150

A transferência de tecnologia sob a égide da lei de liberdade econômica

Victor Penchel	155
Introdução	155
1 Contratos de transferência de tecnologia	159
2 Cláusulas restritivas de direitos	161
3 O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).....	162
4 A ordem econômica e a defesa da concorrência	168
5 Lei da liberdade econômica (Lei nº 13.874/2019).....	169
Conclusão	172
Referências	175
Instruções para os autores	177